

MAPEAMENTO DA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA QUE ATUAM EM CONTEXTOS DE DIVERSIDADE NA REGIÃO DO SERIDÓ-RN

MAPPING THE TRAINING OF BASIC EDUCATION TEACHERS WHO WORK IN DIVERSITY CONTEXTS IN THE SERIDÓ-RN REGION

MAPEO DE LA FORMACIÓN DE PROFESORES DE EDUCACIÓN BÁSICA QUE TRABAJAN EN CONTEXTOS DE DIVERSIDAD EN LA REGIÓN SERIDÓ-RN

 Kátia Regina Lopes Costa Freire¹

 Daniele Pereira Brandão²

1. Doutora e mestra em Educação. Professora adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: katia.regina.freire@ufrn.br
2. Graduanda no curso de Pedagogia e bolsista de iniciação científica. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: danielebrandaoufrn@gmail.com

RESUMO: O presente artigo apresenta a análise de aspectos referentes a formação de professores e coordenadores da rede básica de ensino da região do Seridó, abordando 25 municípios e suas respectivas escolas. Trata-se de pesquisa qualitativa de caráter exploratório e descritivo, que utilizou da aplicação de questionários com o corpo docente dessas instituições, abordando questões acerca de sua formação como profissional e suas dificuldades perante o ensino em contextos de diversidade e inclusão. Utilizou como principais referenciais teóricos Lobo (2008), Nunes (2001) e Rodrigues e Rodrigues (2011). Tem como um de seus objetivos identificar as necessidades de formação e de qualificação dos professores da educação básica que atuam em contextos de diversidade e a intenção de criar um Programa de pós-graduação *Stricto sensu* na área da Educação e diversidade, no Centro de Ensino Superior (CERES/UFRN) Campus Caicó - RN. Enfatizando então, a necessidade de cursos específicos na área da educação que abordem a perspectiva inclusiva e a atuação em contextos de diversidade, e o quanto essa formação beneficia não só os profissionais da educação, como todos os demais indivíduos inseridos nessa perspectiva.

Palavras-chave: Diversidade. Formação de professores. Inclusão.

ABSTRACT: This article presents the analysis of aspects related to the training of teachers and coordinators of the basic education network in the Seridó region, covering 25 municipalities and their respective schools. It is a qualitative research of exploratory and descriptive character, which used the application of questionnaires with the teaching staff of these institutions, addressing questions about their training as a professional and their difficulties when teaching in contexts of diversity and inclusion. The main theoretical references used were Lobo (2008), Nunes (2001) and Rodrigues and Rodrigues (2011). One of its objectives is to identify the training and qualification needs of basic education teachers who work in contexts of diversity and the intention to create a *Stricto sensu* postgraduate program in the area of Education and diversity, at the Higher Education Center (CERES/UFRN) Campus Caicó - RN. Emphasizing then, the need for specific courses in the area of education that address the inclusive perspective and the performance in contexts of diversity, and how much this training benefits not only education professionals, but all other individuals inserted in this perspective.

Key words: Diversity. Teacher training. Inclusion.

RESUMEN: Este artículo presenta el análisis de aspectos relacionados con la formación de docentes y coordinadores de la red de educación básica en la región de Seridó, abarcando 25 municipios y sus respectivos colegios. Se trata de una investigación cualitativa exploratoria y descriptiva, que utilizó cuestionarios con el profesorado de estas instituciones, abordando cuestiones sobre su formación como profesional y sus dificultades en la docencia en contextos de diversidad e inclusión. Se utilizó como principales referencias teóricas a Lobo (2008), Nunes (2001) y Rodrigues y Rodrigues (2011). Uno de sus objetivos es identificar las necesidades de formación y calificación de los docentes de educación básica que trabajan en contextos de diversidad y la intención de crear un Programa de Posgrado *Stricto Sense* en el área de Educación y Diversidad, en el Centro de Educación Superior (CERES/UFRN). Campus Caicó - RN. Destacando entonces, la necesidad de cursos específicos en el área de la educación que aborden la perspectiva inclusiva y actúen en contextos de diversidad, y cuánto beneficia esta formación no solo a los profesionales de la educación, sino a todas las demás personas incluidas en esta perspectiva.

Palabras-clave: Diversidad. Formación de profesores. Inclusión.

Recebido em: 14/07/2021

Aprovado em: 28/11/2021



Todo o conteúdo deste periódico está licenciado com uma licença Creative Commons (CC BY-NC-ND 4.0 Internacional), exceto onde está indicado o contrário.

Introdução

O presente artigo apresenta os resultados do plano de trabalho: “Mapeamento da formação dos professores da educação básica que atuam em contextos de diversidade”, vinculado ao projeto de pesquisa “Mapeamento das Práticas Pedagógicas em contextos escolares de diversidade e inclusão: análise realizada em escolas da Região do Seridó/RN” desenvolvido nos anos de 2019 e 2020, após aprovação no Edital de Apoio a Grupos Emergentes (Edital 01/2019 – PPG/PROPESQ) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

A pesquisa teve como objetivo principal identificar a formação dos professores da educação básica que atuam em contextos de diversidade, com o intuito de criar um programa de pós graduação de mestrado profissional em educação e diversidade no Departamento de Educação (DEDUC), CERES- localizado no município Caicó-RN. Para contemplar este objetivo, foram elaborados três planos de trabalhos, um destes sendo contemplado neste artigo. O objetivo do plano de trabalho foi identificar a formação dos professores da educação básica que atuam em contextos de diversidade. Foram pesquisadas 25 escolas da região do Seridó, entretanto apenas 11 participaram efetivamente da pesquisa.

Ao iniciarmos o contato com as escolas enfrentamos dificuldades devido à pandemia de Covid-19. Diante disso, a pesquisa passou por adaptações para ser realizada de maneira remota, cumprindo as orientações dadas pela Pró-Reitoria de Pesquisa.

Com relação a metodologia esta consiste em pesquisa de revisão bibliográfica utilizando a bibliografia que foi orientada no plano de trabalho, como também a análise dos dados obtidos em pesquisa exploratória e descritiva por meio de formulários eletrônicos enviados aos professores e coordenadores das instituições abordadas. Como embasamento teórico foram utilizados Lobo (2008), para fazer um breve histórico acerca da deficiência e de grupos inferiorizados e marginalizados da sociedade; Nunes (2001), Rodrigues e Rodrigues (2011) para considerar sobre a formação docente.

Pesquisas voltadas para a área da formação docente no contexto da diversidade trazem informações relevantes para repensar práticas e sensibilizar os olhares para a heterogeneidade da sala de aula, haja vista que saber lidar com as diversidades encontradas nas salas de aula exige um olhar atento do educador. Diante disso, a formação docente na perspectiva inclusiva é indispensável para a atuação nessa situação multifacetada repleta de contrates, sejam eles étnicos, culturais, físicos ou intelectuais. Neste artigo o principal enfoque será com relação à formação voltada para a inclusão de alunos com deficiência.

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) as pessoas que possuam alguma deficiência têm direito à acessibilidade, à tecnologia assistiva, à profissionais de apoio escolar, direito à comunicação como

o Braille e a Libras, e o que inclui todos esses aspectos o direito à educação. Diante disso, percebe-se a necessidade não só de uma estrutura física adequada das instituições de ensino, como também uma equipe pedagógica e profissionais que estejam preparados para lidar com todo e qualquer indivíduo que esteja presente na escola.

Diante de uma estrutura educacional que em tese preza por uma educação inclusiva, nada mais justo do que qualificar e preparar estes docentes para a realidade que enfrentarão nas escolas. Devido a isso, se faz necessário não só um apanhado da formação inicial desses professores, mas se eles possuem cursos, treinamentos específicos ou conhecimentos que auxiliem no processo de ensino-aprendizagem desses alunos, para que assim possam desenvolver práticas que incluam todas as diferenças encontradas.

Em correspondência aos resultados e discussões apresentaremos os dados coletados e os resultados obtidos através do formulário citado anteriormente, em contraste com as leituras das bibliografias dirigidas pela orientadora. Concluindo-se, assim, com os dados do nosso apanhado durante a pesquisa, enfatizando nos resultados obtidos através dos contatos que tivemos, além de destacar comentários acerca de toda a pesquisa e críticas sobre o que foi apanhado e vivenciado durante o andamento da pesquisa.

Metodologia

O presente artigo foi baseado em uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, referente à formação dos professores da educação básica que atuam em contextos de diversidade e inclusão, utilizando como principais referenciais teóricos Lobo (2008), Nunes (2001) e Rodrigues e Rodrigues (2011).

Tal estudo descritivo, exploratório com aspecto qualitativo, foi eleito como mais adequado em nossa pesquisa visto que possibilita uma maior proximidade com o cotidiano e as experiências vivenciadas pelos sujeitos (MINAYO, 1993). O estudo exploratório, conforme Gil (1987), aperfeiçoa as ideias ou desvenda intuições. A abordagem qualitativa, de acordo com Gephart (2004), nos traz a visão das realidades dos indivíduos, sendo então próxima a realidade vivenciada por eles, além de permitir um maior realce aos detalhes, permitindo uma melhor descrição nos processos.

Para compor nossa pesquisa foram elencadas 25 escolas municipais da região do Seridó, abordando professores e coordenadores dos anos iniciais, participando efetivamente de nossa pesquisa 11 instituições, contando com a participação de 46 professores e 4 coordenadores pedagógicos.

Diante da pandemia do Covid-19 tivemos que fazer adaptações na metodologia do projeto, haja vista que não poderíamos mais ter o contato “corpo-a-corpo” com os docentes das instituições que iríamos abordar. Assim, como método mais eficaz para dar o andamento à pesquisa, optamos por abordá-los remotamente, tendo o primeiro contato com o diretor da escola, apresentando o propósito de nossa pesquisa e convocando-o a nos ajudar com o contato com os professores e coordenadores de sua instituição.

Para a coleta de dados foi utilizado um formulário criado virtualmente, composto por perguntas abertas, fechadas e de múltiplas escolhas, relacionadas a formação e a metodologia utilizadas pelos profissionais, enviado para os diretores das instituições, repassando-o então para os professores e coordenadores de cada uma das instituições abordadas.

Optou-se pela criação de um formulário devido o mesmo conseguir englobar um número considerável de pessoas ao mesmo tempo; economizando tempo dos pesquisadores e dos questionados; permitindo que os participantes respondam em um momento mais propício para eles; garantindo o anonimato dos indivíduos abordados, dando maior segurança aos participantes; obtendo respostas mais rápidas e mais precisas; possibilitando uma maior regularidade durante o apanhado dos dados; obtendo retornos que materialmente seriam inacessíveis. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 191-192).

O formulário foi realizado remotamente, sendo preenchido individualmente por cada professor e coordenador que se disponibilizou a participar, nosso formulário abordou questões como a formação desses profissionais, se eles acreditavam ser capacitados para atuar em um contexto de inclusão e diversidade, sobre se possuíam algum curso na área da inclusão, o seu posicionamento acerca da oferta de cursos destinados à essas áreas no Seridó, além das dificuldades encontradas no cotidiano desses profissionais.

Resultados e discussão

A inclusão escolar é realidade no Brasil, amparada por vasto arcabouço legal, apesar de estarmos aquém do ideal de oferta de educação a todos, sem distinção. Neste artigo, utilizamos o termo inclusão para nos referir, sobretudo, ao processo voltado às pessoas com deficiência.

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (2015), a deficiência deixa de ser uma característica da pessoa e passa a ser o resultado da falta de acessibilidade que a sociedade e o Estado dão às individualidades de cada um, mostrando que a deficiência está no meio e não nas pessoas, assim sendo, quanto mais acesso e oportunidades uma pessoa possui, menores serão as dificuldades consequentes de sua característica. Sendo assim, para que não ocorra essa deficiência, deve-se ter a formação específica desses profissionais que lidam diretamente com esses indivíduos.

XIV – inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento;

No que se refere nossa Lei de diretrizes e bases da educação nacional (Lei nº 9.394/1996), referente a formação dos profissionais da educação o Art.61., prevê:

Parágrafo único. A formação dos profissionais da educação, de modo a atender às especificidades do exercício de suas atividades, bem como aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, terá como fundamentos:

I – a presença de sólida formação básica, que propicie o conhecimento dos fundamentos científicos e sociais de suas competências de trabalho;

II – a associação entre teorias e práticas, mediante estágios supervisionados e capacitação em serviço;

III – o aproveitamento da formação e experiências anteriores, em instituições de ensino e em outras atividades.

Sendo complementado pelo Art. 62., onde:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

§ 1o A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério.

§ 2o A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância.

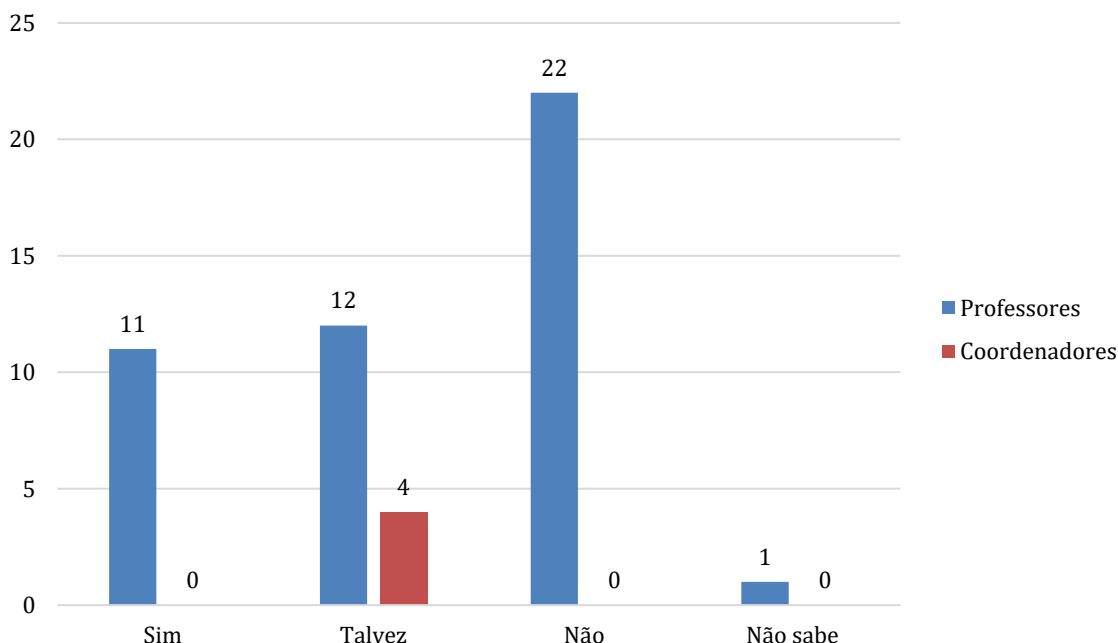
No Plano Nacional de Educação (PNE, 2014), a meta 16 nos traz dois principais objetivos:

O primeiro é formar em nível de pós-graduação 50% dos professores da educação básica, até o último ano de vigência desde Plano Nacional de Educação (PNE); o segundo é garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações de ensino. (PNE, 2014, p. 277).

A partir disso, foi elaborado um questionário *on-line* para enviar aos professores e coordenadores das escolas municipais de 25 municípios da região do Seridó, a partir do qual seria possível analisar suas atuações em contextos de diversidade e inclusão, suas necessidades, inseguranças, seus posicionamentos acerca da oferta de cursos específicos dessa área na região, quais as principais dificuldades encontradas em sua atuação nesse contexto.

Sendo assim, como se vê na Figura 1, foi feito um apanhado trazendo a autocrítica de cada profissional abordado, para que o mesmo fizesse uma avaliação pessoal de sua atuação como professor e coordenador, para que assim pudéssemos analisar seus posicionamentos pessoais, não interferindo durante a análise de suas respostas.

Figura 1 – Quantidade de professores e coordenadores que se sentem qualificados para atuar em contexto de diversidade e inclusão.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

Diante das respostas obtidas no questionário aplicado aos professores e coordenadores, uma das perguntas que vale destacar é “Você se sente qualificado para atuar em contexto de diversidade e inclusão?”. Sabe-se que diversos profissionais da área da educação, convivem dia a dia com indivíduos que possuem culturas e características próprias, tornando o ambiente de convívio diversificado e repleto de particularidades. Segundo Costa (2010):

A Educação Inclusiva consiste no desafio de oferecer uma educação de qualidade a todos, inclusive às pessoas em situação de deficiência. Incluir não é apenas garantir o acesso à educação através de legislações específicas é, sobretudo, promover o desenvolvimento pleno das habilidades e capacidades, respeitando suas limitações, a fim de que esse indivíduo tenha condições de prosseguir na sua formação pessoal e profissional. (COSTA, 2010, p. 02).

Diante disso, professores e coordenadores têm que adaptar sua metodologia e sua gestão para abranger e atender à todas as necessidades. A partir disso, sendo necessária essa conduta inclusiva, muitos profissionais com ou sem formação específica na área se veem no exercício de lidar com essas individualidades, na maioria das vezes ainda nas suas primeiras experiências no contexto escolar, e não se sentem seguros quanto ao seu trabalho envolvendo esses indivíduos.

Sabe-se que sempre houve uma distinção do que é considerado normal e comum, e o que é diferente. O diferente, o anormal, desde muito tempo sendo considerados um mal-estar e um fardo, sendo assim, muitas dessas pessoas tidas como diferentes ficavam à margem da sociedade, sendo excluídas, trancadas,

internadas e esquecidas. Pessoas que foram consideradas inúteis para o trabalho e para a comunidade, a eficiência e a deficiência eram selos de qualidade. A deficiência se destacava como cicatrizes e queloides na pele de quem não estava apto para conviver, trabalhar e estudar como os demais. Suas habilidades eram questionadas, sua inteligibilidade posta em prova e sua racionalidade pesquisada por estudiosos e médicos.

Essa figura do indisciplinado, vicioso, instável, contumaz, desequilibrado, impulsivo, qualificado sob variegadas outras denominações, povoou toda a literatura médico-pedagógica sobre a criança anormal. Com ou sem retardo mental, foi pela via do instinto em estado livre que seu desenho pôde constituir-se, e sobre ele a prevenção fecha o círculo. “Cumpra convencer-nos de que a educação especial, física, moral e intelectual, é o melhor sistema de prevenção contra os futuros atos delituosos das crianças anormais”, escreve Norberto de Souza Pinto (1928, p. 17), em meio ao vozerio semelhante de médicos e pedagogos. (LOBO, 2008, p. 384)

O diferente sempre foi considerado difícil de lidar, muitas vezes por preconceito, e outras devido aos professores não terem conhecimento suficiente para adequar sua metodologia na abordagem desses indivíduos. A partir disso deve-se sempre ter um interesse e uma busca para conseguir se adaptar e adequar sua atuação para lidar em contextos de diversidade e inclusão, proporcionando a todos da sala acolhimento e aprendizagem.

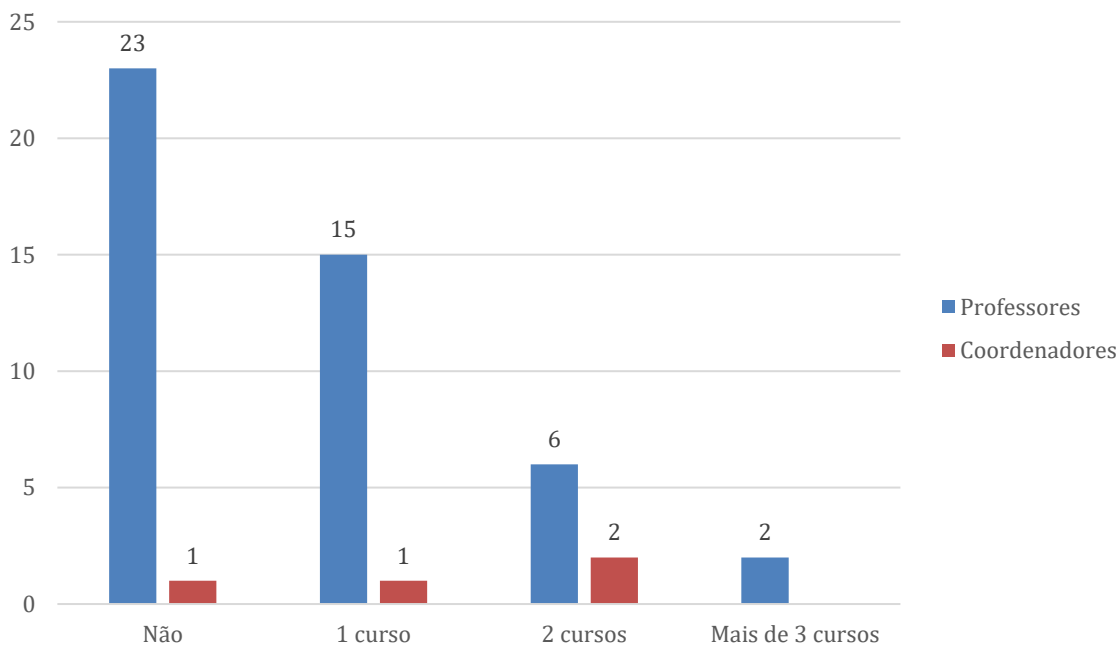
Diante disso, analisando a Figura 1 podemos perceber que o número de profissionais, professores e coordenadores, convergem em uma insegurança. O número de professores que não se sentem qualificados para atuar no contexto inclusivo, e a insegurança na resposta representada pelo “talvez” e pelo “não sabe” de professores e coordenadores, retrata o quanto esses profissionais não se sentem seguros em seu exercício no que se refere inclusão, e sua intranquilidade sobre seu exercício aparente em suas respostas.

Vê-se no gráfico que muitos professores não se sentem tão autoconfiantes em suas práticas no contexto de diversidade e inclusão e isso pode ser advindo não só pela possível falta de formação na área como pela própria cobrança que se tem dos profissionais que atuam nessa área. Sabe-se que todos os profissionais da área da educação devem estar preparados para atenderem a todos os tipos de públicos, porém quando o assunto é voltado para o ensino a cobrança é bem mais aparente, e muitos destes docentes sentem uma carga grande ao se depararem com esta constante demanda de resultados, ficando por muitas vezes frustrados quando não conseguem o retorno esperado do aluno, e constrangido por não obter sucesso na intervenção.

Diante da realidade enfrentada nas instituições de ensino, muitos professores buscam um aprimoramento em sua formação visando uma melhor atuação em contexto de diversidade e inclusão, diante disso apresentamos esta problemática aos professores e coordenadores, “Você possui algum curso na área da Inclusão e Diversidade?” (Figura 2).

Perante a demanda de alunos diversos, aponta-se a busca desses profissionais por cursos voltados à área inclusiva, para melhor lidar com a diversidade encontrada no cotidiano escolar, afim de incluir todos os indivíduos, contribuindo de maneira enfática o processo de ensino-aprendizagem.

Figura 2 – Quantidade de profissionais com cursos na área de inclusão e diversidade.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

Diante da Figura 2, podemos observar que há um equilíbrio entre os números de profissionais que possuem e não possuem cursos voltados à área de inclusão e diversidade. Isso nos faz indagar sobre os motivos que essas pessoas tiveram para não buscar essa formação continuada, seria por falta de interesse na área? Falta de estímulos? Ou por falta de ofertas desses cursos?

Sabe-se que em nossa sociedade tudo está em constante transformação, nada fica parado e estagnado, os políticos mudam, as políticas mudam e a pessoas também, a sociedade evolui à passos largos e devemos acompanhar essas mudanças adequando-as para que todos possam evoluir juntos. A educação, e o acesso a ela que é direito de todos, proporciona aos alunos ferramentas políticas para que assim possam exercer sua cidadania, diante disso tem que estar ao alcance de todos, sendo então uma exclusão não a oferecer de maneira eficaz e clara.

É válido ressaltar que a oferta de cursos voltados a educação inclusiva é de primordial importância nas práticas escolares, haja vista que todos os profissionais da área do ensino estão em constante contato com as mais variadas formas de vivência como também se deparam com diferentes tipos de necessidades que seus estudantes possuem, sendo primordial ter conhecimento na área para conseguir manejar todas as demandas que surgem na rotina escolar.

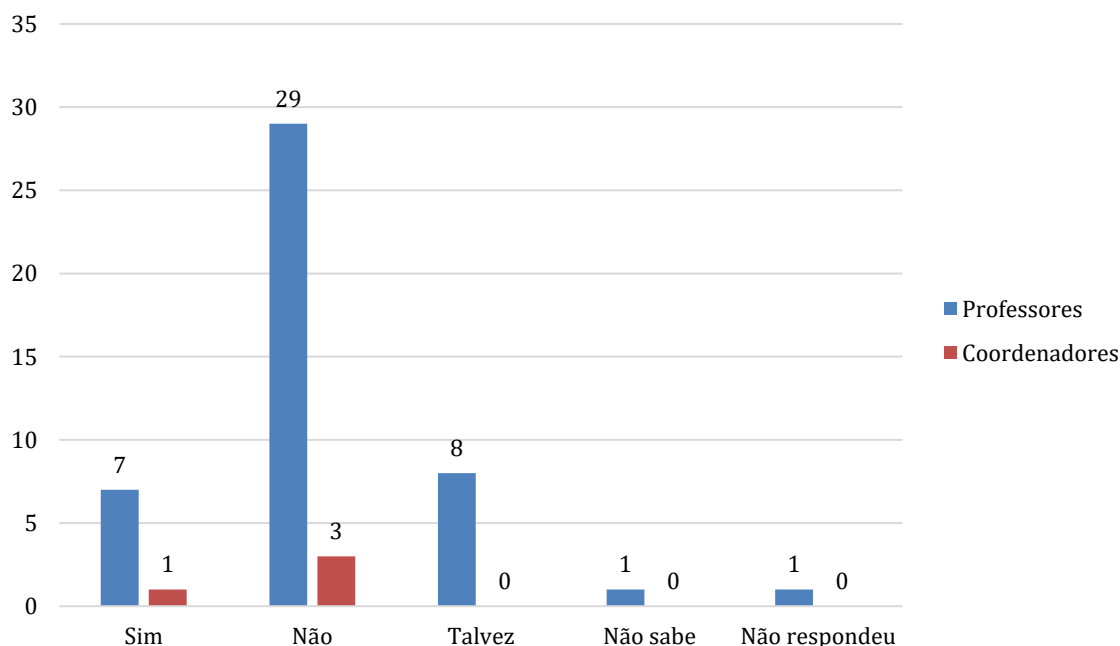
Sabendo disso é necessário se ter conhecimento de quais maneiras abordar conteúdos e assuntos para que abranja todos na sala de aula. Entretanto, em nosso país a formação de professores e demais profissionais ligados à educação seguem ainda um modelo tradicional, inadequado para atender as reivindicações em favor da educação inclusiva. (PLETSCH, 2009).

A formação dos profissionais da área da educação é uma questão fundamental para a atuação em uma perspectiva inclusiva, afinal, é na formação desses indivíduos onde há, na maioria das vezes, o primeiro contato com as mais variadas situações que poderão ocorrer no cotidiano em seu futuro emprego, logo, serão lhes apresentados diversas maneiras de como observar, identificar e atuar diante dessas situações.

[...] pensar na formação do professor envolve, assim, capacitá-lo, dentre outras coisas, para lidar com o conflito resultante do confronto entre os saberes diversificados dos diferentes grupos sociais que frequentam a escola, e aquele saber sistematizado presente em um determinado momento histórico-social e que a escola se propõe a transmitir. (NUNES, 2001, p. 20).

Para atuar em contextos de diversidade e inclusão se faz necessária a consciência de como abordar esses indivíduos de uma maneira apropriada, por sua vez esse conhecimento é adquirido por meio da formação desses profissionais. À vista disso questionamos professores e coordenadores sobre a oferta dos cursos apresentando essa pergunta “Você pensa que a oferta de cursos de formação e qualificação docente pelas universidades públicas da região do Seridó são suficientes?” (Figura 3).

FIGURA 3 – Percepção dos professores acerca da oferta de cursos de formação e qualificação docente pelas universidades públicas da região do Seridó.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

Ao analisar a Figura 3, observamos que a maior parte das respostas obtidas revelam a falta de oferta desses cursos de formação e qualificação na região do Seridó. Observa-se também uma insegurança ou dúvida nas respostas de alguns desses profissionais, representadas pelo “Talvez”, “Não sabe” e “Não respondeu”, deixando a entender que não sabe ou não tem certeza se há uma oferta significativa ou eficaz desses cursos na região.

Mediante essas respostas pode-se ver que grande parte dos professores não estão satisfeitos com a quantidade de cursos de formação e qualificação ofertados na região do Seridó. É válido pontuar que apesar existir uma grande demanda de professores que carecem e buscam essas formações, não se vê a oferta variada de cursos voltados à prática inclusiva nos contextos de diversidade e quando são ofertadas as vagas são preenchidas rapidamente.

Com o convívio desses profissionais com tamanha diversidade encontrada nas instituições de ensino, professores e coordenadores lidam com muitas adversidades, tendo que fazer adaptações em seus materiais, em sua metodologia, além de propor formas eficazes de incluir todos os alunos, promovendo acessibilidade, porém nem sempre tendo os recursos necessários ou adequados para tal. Essas adaptações consistem nas tecnologias de baixo custo ou adequações pedagógicas nos materiais e atividades dos alunos com deficiência. Segundo a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) (2015):

III - tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (BRASIL, 2015).

Com relação à adaptação dos materiais faz-se necessário o cuidado de não omitir nem negligenciar os conteúdos escolares, apenas os adaptar ao nível de compreensão do aluno, para os casos de deficiência intelectual ou para que possa ter acesso a estes conteúdos. Ainda no artigo 3º a LBI fala sobre as adaptações razoáveis:

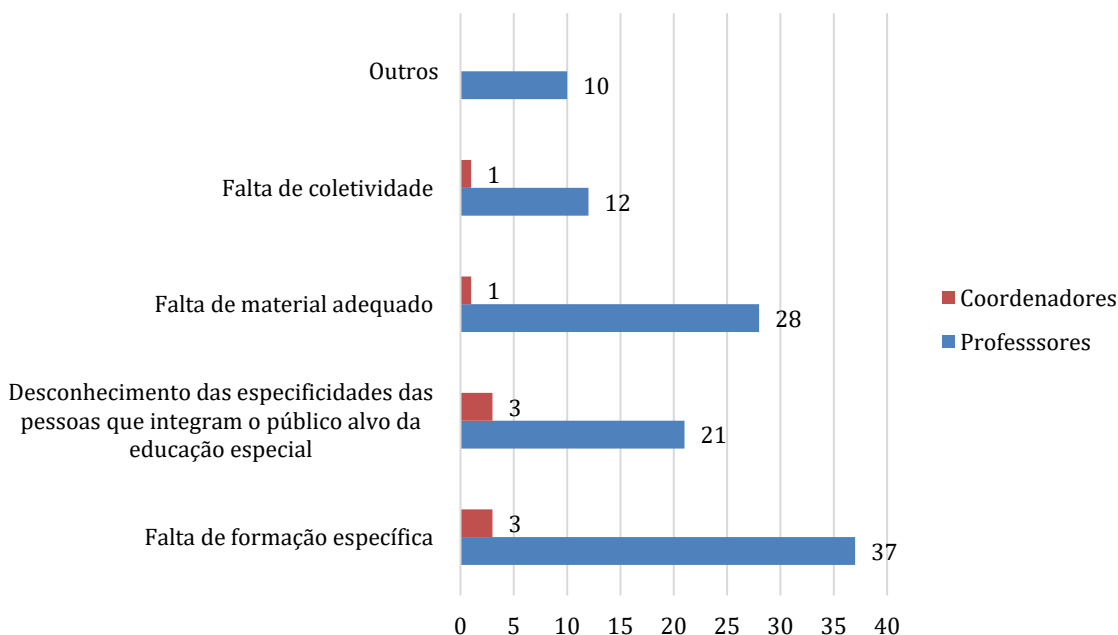
[...] adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais;

Desta forma, percebe-se a importância de cursos de formação e qualificação na área da inclusão, com vistas a qualificar os profissionais, dentre outras coisas, com relação às adaptações que se fazem necessárias para que o processo de inclusão de fato ocorra.

Precisamos de professores que, com o conhecimento adequado, com atitudes positivas e com um compromisso possam levar adiante a reforma da Educação Inclusiva. Para isso precisamos que a Educação Inclusiva chegue aos cursos de formação de professores. Precisamos de cursos desenvolvidos sob valores Inclusivos para formar professores de Educação Inclusiva. Quando isto acontecer, teremos um valioso e decisivo fator que promova a equidade e a participação de todos os alunos. (RODRIGUES; RODRIGUES, 2011, p. 58).

A partir disso, levamos até os profissionais abordados o questionamento “Quais as principais dificuldades que você aponta para o trabalho pedagógico realizado no contexto de inclusão escolar?” (Figura 4)

Figura 4 – Principais dificuldades encontradas por professores e coordenadores no trabalho pedagógico realizado no contexto de inclusão escolar.



Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

Diante da Figura 4, podemos analisar que grande parte do corpo docente elenca como maior dificuldade encontrada a falta de formação específica, que não há ofertas consideráveis de cursos no que se refere à inclusão, na região pesquisada. Em pesquisa desenvolvida em São Paulo, Tavares, Santos e Freitas (2016) encontraram uma situação semelhante à nossa pesquisa:

Em resposta às entrevistas, os professores, do interior de São Paulo, relataram que a habilitação específica deve ser o primeiro passo do processo inclusivo. Professores e gestores destacaram a falta de capacitação do professor e da equipe pedagógica para lidar com alunos que apresentam necessidades especiais. (TAVARES *et al.*, 2016, p. 529).

Vê-se que os docentes também apontam como dificuldades em suas práticas elementos como a escassez de material adequado e falta de coletividade com os demais componentes do corpo escolar. A partir disso pontua-se que para se ter um ambiente escolar que englobe os alunos numa perspectiva de inclusão e diversidade é necessário ferramentas adequadas e adaptadas para estas intervenções, materiais com tamanhos, formas, cores e texturas diferentes, como também é necessário espaços destinados a estas práticas para que o aluno fique confortável e que seja propício as intervenções. Além disso, o trabalho em equipe é fundamental para a efetiva inclusão dos estudantes.

Assim, a análise dos resultados, aponta a necessidade de uma formação específica para lidar em contextos de diversidade e inclusão, reforçando a intenção de criar um programa de pós-graduação em Educação e diversidade, para contribuir com a formação destes docentes da região do Seridó e demais profissionais que se interessem nesta área. Contribuindo, então, no desenvolvimento da capacitação dos profissionais da área da educação básica, tendo enfoque na educação antirracista e inclusiva. Favorecendo na melhoria da qualidade educacional do nosso país, em especial a região Nordeste, que carece de maiores investimentos nessa área. Atingindo então, a demanda desses profissionais acerca da formação específica, atendendo as diversidades dos alunos e ajudando na efetivação da inclusão escolar nas instituições de ensino.

Considerações finais

Durante séculos esses indivíduos não foram considerados como sujeitos e sim como animais e punição aos familiares. Apenas no século XX, o respeito, o reconhecimento como sujeito de direitos, e a cidadania foi a eles assegurados.

Anteriormente taxados como anormais e sendo postos em asilos e manicômios, as pessoas com deficiência com o tempo vêm tendo seu lugar de fala, aumentaram sua voz, frequentando espaços públicos, instituições de ensino, devido inúmeras lutas travadas por esses indivíduos, suas famílias, e estudiosos, que diante de anos de negligência por parte dos governos, conquistaram leis que assegurassem não só o direito a educação, como a de exercerem sua cidadania e serem por fim vistos como indivíduos.

Entretanto, a inclusão escolar da pessoa com deficiência foi implementada no Brasil por meio de garantias que são fundamentais, mas sem a devida preparação dos educadores. A situação encontrada na região do Seridó é um recorte do que ocorre em grande parte do território brasileiro e, diante dos gráficos apresentados e referenciais citados, é claro o quanto ainda é necessária uma formação profissional voltada a esse público.

Os materiais didáticos são a prova de uma educação, que ainda não se atentou em abranger a diversidade apresentada em nosso país, e como poderia ser feito livros abordando essas temáticas se os próprios autores não tiveram uma formação baseada nos princípios da inclusão. Infelizmente, no Brasil, as pessoas só procuram se inteirar mais sobre a inclusão quando se vêm inseridos nessa perspectiva, quando possuem algum aluno com deficiência, ou que esteja inserido em um contexto de minorias, ou quando o próprio profissional teve contato com alguém em seu cotidiano que precisasse de um olhar diferenciado.

O Conselho Nacional de Educação (CNE, 2015) Art.3º, § 5º, II, tem a formação dos profissionais docentes como um projeto social, político e ético que contribua com a formação de uma nação justa e inclusiva, que promova a autonomia dos indivíduos, e a valorização da diversidade. A partir disso, algumas universidades decidiram implantar nos currículos dos cursos de licenciatura matérias como LIBRAS e Educação Inclusiva, como o CERES, entretanto, em sua maioria são componentes optativos, sendo então insuficientes devido a quantidade de especificidades. Sendo assim, é necessária a reformulação dos currículos dos cursos de formação, tornando essas disciplinas obrigatórias nas grades, haja vista as adaptações, metodologias, abordagens e conhecimentos necessários para que os profissionais da educação atuem nesse contexto de maneira adequada.

O objetivo deste artigo foi mapear a formação dos professores da educação básica que atuam em contextos de diversidade, diante disso, acreditamos ter alcançado o objetivo, apesar dos entraves que foram impostos pela pandemia e a conseqüente impossibilidade de contato físico com as escolas pesquisadas. Apesar do desejo inicial de abranger um quantitativo maior de professores e coordenadores, acreditamos ser possível afirmar que a situação da região do Seridó no que diz respeito à formação de professores para atuação em contexto de diversidade, é um recorte do que ocorre na maioria das cidades brasileiras. Não existe inclusão de fato, sem toda uma rede de apoio e sem os conhecimentos necessários para efetuar as adaptações de material, avaliação e metodologia para que o processo de aprendizagem dos alunos com deficiência tenha sucesso.

Logo, vê-se a importância da oferta de cursos de especialização, capacitação e aperfeiçoamento na área de inclusão e diversidade, a exemplo da proposta de mestrado profissional que está sendo elaborada pelo corpo docente do Departamento de Educação do Centro de Ensino Superior do Seridó (UFRN). Um mestrado nesta área, na região do Seridó Norte riograndense, possibilitará o aprofundamento que se faz necessário nas teorias e práticas voltadas a inclusão de todas as minorias, inclusive dos alunos com deficiência. Além disso, irá sanar uma carência de pós-graduação na região, o que faz com que professores e alunos recém formados precisem se deslocar para outros municípios em busca de formações em faculdades privadas.

É notório que o processo inclusivo requer a efetivação das políticas públicas e inúmeros investimentos na educação e que a falta de formação docente é apenas um dos entraves para que este processo seja de fato bem sucedido. É fato também que a inclusão se efetiva em sala de aula, através, sobretudo, de uma acessibilidade atitudinal e do conhecimento acerca das adaptações e recursos metodológicos que se fazem necessários a cada especificidade. Desta forma, as universidades têm o importante papel social e educacional de buscar meios de sanar as carências de formação docente na área da educação para que a inclusão não seja apenas um discurso ou quantidade de matrículas no ensino regular.

Referências

- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação.**
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm> Acesso em 30 ago 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015. **Conselho Nacional De Educação.** Capítulo I: das disposições gerais. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2 de jul. de 2015b.
- COSTA, Kátia Regina Lopes. Os caminhos da inclusão: de onde viemos e para onde vamos? In: **IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade**, Universidade Federal de Sergipe, 2010.
- GEPHART, RP (2004). Pesquisa Qualitativa e *Academy of Management Journal*. **Revista Academy of Management**, v. 47, n. 4, p. 454-462.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1987.
- LOBO, Liliam Ferreira. **Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil.** Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MINAYO, M. C.S. **O desafio do conhecimento.** São Paulo: Hucitec, 1993.
- NUNES, C.M.F. Saberes docentes e formação de professores: um breve panorama da pesquisa brasileira. **Educação e Sociedade**, Campinas, Ano 22, n.74, p.27-42, abr. 2001.
- RODRIGUES, D.; RODRIGUES, L.L. Formação de professores e inclusão: como se reformam os reformadores? **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil n. 41, p. 41-60, jul./set. 2011.

PLETSCH, M.D. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil n. 33, p. 143-156, 2009.

TAVARES, L. M. F. L.; SANTOS, L. M. M. dos; FREITAS, M. N. C. A Educação Inclusiva: um estudo sobre a formação docente. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, SP, v. 22, n. 4, p. 527-542, out. /dez. 2016.